

Why nations fail: the origins of power, prosperity, and poverty

Daron, Acemoglu; Robinson, James A.

Thais Mere Marques Aveiro¹

Em *Why nations fail: the origins of power, prosperity and poverty*, os economistas Daron Acemoglu, do Massachusetts Institute of Technology, e James Robinson, da Universidade de Harvard, buscam explicar o processo de desenvolvimento ou estagnação das nações. Ao longo dos 15 capítulos da obra, os autores discorrem sobre países em diferentes continentes, relatando aspectos de sua formação histórica e institucional, fatores como colonização, geografia, disputas internas e revoluções, para explicar o porquê do momento atual dessas localidades.

Com enfoque no padrão de vida em cada região e na distinção entre países ricos e pobres, Acemoglu e Robinson defendem que as instituições são as principais ferramentas que projetam esse descompasso. A formação de cada sociedade leva à formação de instituições, que conduziram ao êxito econômico os países ricos.

Já nos países menos desenvolvidos, prevalece a pobreza da maior parte da sociedade, acrescida de corrupção, falta de liberdades políticas e níveis educacionais deficientes. Tais mazelas são reflexo de um Estado ineficiente. Nestes, o poder político é exercido e monopolizado por uma pequena elite, que organiza a sociedade em função de seus próprios interesses e em detrimento da massa da população. O poder político é, desse modo, concentrado, gerando mais riqueza para aqueles que já a detêm. Esses padrões se reproduzem ao longo do tempo, sendo difícil ao cidadão comum adquirir poder político real e modificar a maneira como a sua sociedade funciona. Em muitos casos, a democracia ademais é recente.

¹ Doutoranda em cotutela pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM/UnB) e Université Paris 13, analista em Ciência & Tecnologia da CAPES, Bolsista CAPES.

Nos países desenvolvidos, a prosperidade foi alcançada, segundo os autores, graças à diminuição da concentração do poder, por meio da distribuição dos direitos políticos de maneira mais ampla.

Independentemente do estágio de desenvolvimento de um país, as instituições econômicas e políticas são frutos de escolhas da sociedade. Nesse ponto, o núcleo da análise dos autores é a justaposição de duas ideias opostas: instituições inclusivas e extrativistas.

Assim, essas instituições podem ser inclusivas e estimular o crescimento econômico ou extrativista, impedindo e até bloqueando o crescimento econômico. A chave do desenvolvimento (ou sua inexistência) estaria nas instituições. Nos países avançados, por um lado, há instituições fortes, consolidadas e que fomentam o crescimento econômico e promovem a participação social, com o *empoderamento* dos cidadãos. Por outro lado, nas sociedades menos desenvolvidas, prevalecem instituições extrativistas que, ao contrário das primeiras, criam barreiras ao crescimento econômico. A lógica que leva os poderosos a barrarem a implementação das instituições econômicas promotoras da riqueza aplica-se facilmente à escolha de instituições políticas. Não há como atender simultaneamente os desejos de todas as partes envolvidas. Assim, a única maneira de mudar o sistema é forçando as elites a criarem instituições mais pluralistas.

O pluralismo, pedra angular das instituições políticas inclusivas, requer que o poder político tenha ampla distribuição pela sociedade em um processo de empoderamento. Instituições políticas e econômicas inclusivas não surgem de maneira espontânea. Em geral, são fruto de conflitos entre as elites, de um lado, que resistem ao crescimento econômico e às mudanças políticas, e, do outro, os que pretendem cercear o poder político e econômico daquelas.

Na base dessa discussão está a destruição criativa, bem como a prosperidade econômica. O processo de destruição criativa constitui uma ameaça aos meios de subsistência daqueles que trabalham com as antigas tecnologias, o que pode resultar na reconfiguração do poder político. Mesmo que esse crescimento acarrete maior produtividade, mais acesso a bens e consumo, mais gente com acesso a melhor educação e maior qualidade de vida, ele também implica a desestabilização de um grupo que se beneficia com o *status quo* vigente, podendo levar ao fim de privilégios

na esfera político-econômica e à erosão de poder. Como resposta, esse grupo tende a buscar bloquear o crescimento e paralisar a economia. Opondo-se às instituições políticas e econômicas inclusivas.

Ao longo da história, as disputas em torno das instituições e da distribuição de recursos têm sido onipresentes. O resultado do conflito político, contudo, nunca é certo. Estabelecidas as instituições políticas e econômicas inclusivas, estas tendem a criar um círculo virtuoso, um processo positivo que amplia a possibilidade de consolidação dessas instituições.

Nesse contexto, nascem o círculo virtuoso, que leva ao desenvolvimento, e o círculo vicioso, que mantém as nações na pobreza. O círculo virtuoso decorre não só da lógica inerente do pluralismo e do estado de direito, mas de instituições políticas inclusivas que tendam a sustentar instituições econômicas inclusivas, com distribuição de renda mais igualitária, mais poder e autonomia a um amplo segmento da sociedade. No caso do círculo vicioso, as instituições extrativistas perduram, porque persiste no poder uma elite que as controla e delas se beneficia. Essas instituições impõem poucas restrições ao exercício do poder. Ademais, o círculo vicioso apresenta ainda outra faceta também destrutiva. As instituições extrativistas produzem imensas desigualdades sociais, geram grandes riquezas e poder irrestrito para quem estiver no comando, e, assim, levam a que muitas pessoas se disponham a lutar para assumir o controle do Estado e das instituições. Isso pode acarretar disputas internas e guerras civis ininterruptas, possibilitando a criação de um novo regime que será tão ou mais extrativista que o anterior. Isto pode provocar inclusive a destruição de eventual centralização estatal que essas sociedades possam ter alcançado.

Do mesmo modo como os círculos virtuosos fazem as instituições inclusivas persistirem, os viciosos criam forças poderosas em direção à manutenção das instituições extrativistas. As instituições extrativistas são incapazes de engendrar os incentivos necessários para que as pessoas poupem, invistam e inovem. As instituições econômicas e políticas extrativistas, ainda que seus pormenores variem sob diferentes circunstâncias, encontram-se sempre na origem do fracasso. Este, muitas vezes, assume a forma de insuficiência da atividade econômica, em virtude da exploração dos recursos promovida pelos políticos, que tratam de esmagar todo e

qualquer tipo de atividade econômica independente que possa vir a ameaçá-los e às elites econômicas. Os autores dispõem ainda que, em casos extremos, as sociedades extrativistas preparam o terreno para a falência do Estado, comprometendo não só a lei e a ordem, mas também os mais básicos incentivos econômicos. As diferentes histórias e estruturas das sociedades extrativistas produzem peculiaridades na natureza das elites e nos detalhes das instituições extrativistas. Entretanto, a razão da persistência dessas instituições extrativistas está sempre relacionada ao círculo vicioso. As consequências dessas instituições em termos do empobrecimento de seus cidadãos são similares, por mais distintas que sejam em sua intensidade.

Apesar de as instituições econômicas serem vitais para determinar o grau de pobreza ou riqueza de um país, a política e suas instituições ditam o desenvolvimento de uma sociedade. A teoria apresentada no livro acerca da desigualdade mundial mostra como interagem as instituições políticas e econômicas, causando pobreza ou prosperidade, e como cada nação desenvolveu seu próprio conjunto de instituições. Cada padrão institucional está enraizado no passado, haja vista que, uma vez organizada a sociedade de determinado modo, este tende a persistir. Isso se deve à forma como instituições políticas e econômicas interagem. As regras que acabam regendo cada sociedade são definidas pela política: quem detém o poder e como esse poder pode ser exercido.

O argumento dos autores, além de econômico, é também político. O livro trata dos efeitos das instituições sobre o sucesso e o fracasso das nações, da economia, da pobreza e da prosperidade; dispõe também sobre como as instituições são determinadas e transformam-se ao longo do tempo, bem como acabam tornando-se incapazes de mudar quando criam pobreza e miséria. História, geografia, colonização, aspectos étnicos e culturais e contexto temporal são fatores que influenciam o destino de uma nação. Os autores, contudo, não defendem a predestinação. As instituições extrativistas podem ser substituídas por outras inclusivas, o que não se dá de maneira automática. Em geral, é necessária uma confluência de fatores, especialmente uma circunstância crítica aliada à ampla coalizão entre os que pressionam por reformas ou por outras instituições existentes que sejam propícias ao avanço de instituições mais inclusivas. Nesse contexto, Acemoglu e Robinson concluem que não existem soluções fáceis para se levar uma

nação da pobreza à prosperidade. Para eles, as mudanças efetivas somente ocorrerão quando um amplo segmento da sociedade se mobilizar e se organizar no intuito de levar a cabo mudanças políticas.

Recebido em: 17/08/2014
Aprovado em: 23/11/2014